



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE CRUZ ALTA EM 06.10.2015

Aos 06 dias do mês de outubro de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Cruz Alta a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005423-80.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Maristela Bertei Zanetti, que apesar de estar no início de suas férias, se fez presente, pela Juíza Substituta Roberta Testani, pela Diretora de Secretaria Adriana Gambini de Oliveira e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 23.11.1965

Data da última correição realizada: 19.11.2014

Data de Instalação do PJe: 18.09.2015

Jurisdição: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Quinze de Novembro, Tupanciretã

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 06.10.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juíza	Situação	Período
Maristela Bertei Zanetti*	Juíza Titular	Desde 10.09.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.10.2015)

* A Juíza gozará período de férias a partir de 05.10 até 03.11.2015.

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Cruz Alta, pertence à 70ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com as Varas do



Trabalho de Santa Rosa (1ª e 2ª) e a Vara do Trabalho de Ijuí. Essa circunscrição compreende 2 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes **Kelen Patrícia Bagetti** e **Átila Da Rold Roesler**.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Maristela Bertei Zanetti	Juíza Titular desde 10.09.2012		
1	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	21.02.2014	Atuou em razão de pauta de impedimento da Juíza Titular	1 dia
2	Carolina Cauduro Dias de Paiva	10 a 23.03.2014 25.08 a 14.09.2014	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	34 dias
3	Kelen Patrícia Bagetti	Juíza Substituta zoneada na Circunscrição		
		19.05 a 01.06.2014 15 a 18.05.2015	Atuou ou respondeu pela Unidade em razão das férias da Juíza Titular	17 dias
4	Laura Balbuena Valente Gabriel	11.07.2014	Atuou em razão de pauta de impedimento da Juíza Titular	1 dia
		20.10 a 14.11.2014	Atuou como Juíza Auxiliar	25 dias
5	Jaqueline Maria Menta	10.10.2014	Atuou em razão de pauta de impedimento da Juíza Titular	1 dia
6	Denilson da Silva Mroginski	30.01.2015 14.08.2015 02.10.2015	Atuou em razão de pauta de impedimento da Juíza Titular	3 dias
7	Átila da Rold Roesler	Juiz Substituto zoneado na Circunscrição		
		12.03 a 12.04.2015 05 a 14.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	41 dias
8	Táise Sanchi Ferrão	15 a 28.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	14 dias
9	Roberta Testani	29.06 a 14.07.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	16 dias
		05 e 06.10.2015* (data da correição)	Atuará em razão das férias da Juíza Titular	2 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.10.2015)

* Período total de afastamento: de 05.10 a 03.11.2015 (30 dias).



2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular durante o Período Correccionado

Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Maristela Bertei Zanetti	Férias	10 a 23.03.2014 19.05 a 01.06.2014 25.08 a 14.09.2014 12.03 a 12.04.2015 05 a 18.05.2015 05 e 06.10.2015* (data da correição)	97 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 01.10.2015)

* Período total de afastamento: de 05.10 a 03.11.2015 (30 dias).

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Adriana Gambini de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretora de Secretaria (CJ3)	22.03.1999
2	Cláudia Lorentz de Carvalho Leitão	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	09.10.2012
3	Mário César Pontes da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	22.07.2010
4	Magda Hulda Olschowsky Borges	Analista Judiciário - Área Judiciária	Secretária de Audiência (FC03)	21.11.1994
5	Ana Paula Leal Rodrigues	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	21.08.2002
6	Miriam Ramos Gonzalez da Motta	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	12.12.2011*1
7	Daniel Castagna Lovato	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	07.01.2014
8	Vilmar Dambroz	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	20.04.1998
9	Renata Biavaschi Bittencourt	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	28.07.2008



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

10	Márcia Aparecida Stiebbe Kuchak	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	115.01.2013*2
11	Fernanda Taborda Maier Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	31.03.2015
-	Marla Zeni Rossatto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.04.2008
-	Charles Boufleur (Em férias)	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.07.2008

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.09.2015)

*1 A servidora Miriam Ramos Gonzalez da Motta registra 3 períodos de lotação anterior na Unidade Judiciária, de 07.05.2007 a 03.08.2008, de 20.12.2008 a 01.03.2009 e de 20.12.2009 a 19.12.2009, respectivamente.

*2 A servidora Márcia Aparecida Stiebbe Kuchak registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 01.08.2011 a 22.10.2012.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.055 processos	1.001 a 1.500	11 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Cruz Alta **está de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Adriana Gambini de Oliveira	Curso ou Evento	13	13
Ana Paula Leal Rodrigues	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	16
Charles Boufleur	Curso ou Evento	1	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Cláudia Lorentz de Carvalho Leitão	Curso ou Evento	3	8
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
Daniel Castagna Lovato (desde 07.01.2014)*	-	-	-
Fernanda Taborda Maier Silva (desde 31.03.2015)*	Doença em Pessoa da Família	3	3
Magda Hulda Olschowsky Borges	-	-	-
Márcia Aparecida Stiebbe Kuchak	Dispensa Médica	8	32
	Doença em Pessoa da Família	15	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	
Mário César Pontes da Silva	Curso ou Evento	1	1
Marla Zeni Rossatto	Curso ou Evento	1	1
Miriam Ramos Gonzalez da Motta	Trabalho nas Eleições	1	4
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	3	
Renata Biavaschi Bittencourt	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	3
Vilmar Dambroz	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.09.2015)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Fernanda Juliane Brum Correa	09.12.2011	06.01.2014	2 anos e 28 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)*
2	Maria Inês Becker Nunes	01.10.2007	21.07.2014	6 anos, 9 meses e 21 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.09.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.



2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Darina Fernandes Garro	Superior em Direito	02.02.2015 a 01.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.09.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação da Juíza Titular durante o Período Correcionado

Juíza	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Maristela Bertei Zanetti	-	12	1,5	13,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Adriana Gambini de Oliveira*	20	20	121,8	161,8
Ana Paula Leal Rodrigues	-	20	35	55
Charles Boufleur	-	5	336	341
Cláudia Lorentz de Carvalho Leitão	-	-	60	60
Daniel Castagna Lovato	62	54	2449	365
Fernanda Taborda Maier Silva	20	20	105	145
Magda Hulda Olschowsky Borges	-	20	51	71
Márcia Aparecida Stiebbe Kuchak	20	20	65	105
Mário César Pontes da Silva	-	20	70	90
Marla Zeni Rossatto	40	5	395	430
Miriam Ramos Gonzalez da Motta	-	20	-	20
Renata Biavaschi Bittencourt	20	20	35	75
Vilmar Dambroz	20	20	35	75

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.



3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.411	1.675	18,71%	2.066	23,34%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	130	101	-22,31%	97	-3,96%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.576	1.238	-21,45%	1.307	5,57%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	63	80	26,98%	73	-8,75%
Total	3.180	3.094	-2,70%	3.543	14,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

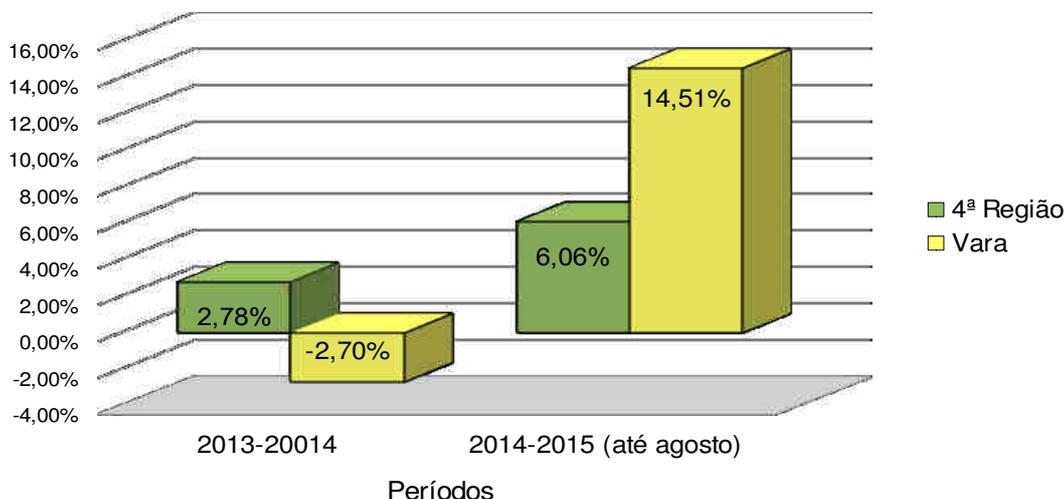
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma redução de 2,70% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em números absolutos, o conhecimento foi a fase que apresentou maior aumento no estoque (acréscimo de 264 processos, o que corresponde a uma elevação de 18,71%), enquanto as cartas precatórias e/ou de ordem pendentes de devolução foram a espécie que apresentou a maior elevação percentual (26,98%) no período sob análise. Em contrapartida, a execução foi a fase que registrou a maior queda no acervo, em números absolutos (decréscimo de 338 processos), ao passo que a liquidação foi a espécie que apresentou a maior redução percentual (22,31%) no período em questão.

O decréscimo no estoque de processos da Vara do Trabalho de Cruz Alta em 2014 destoou da tendência apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. Por outro lado, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de agosto) apontam um aumento de 14,51% no acervo de processos tramitando na Unidade – elevação superior, inclusive, à média regional no mesmo período, como aponta o gráfico abaixo:



Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Casos novos	1.009	1.160	14,97%	919	-20,78%
Sentenças anuladas/reformadas	0	3	-	1	-66,67%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	896	938	4,69%	728	-22,39%
Processos pendentes de solução	613	831	35,56%	1.028	23,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

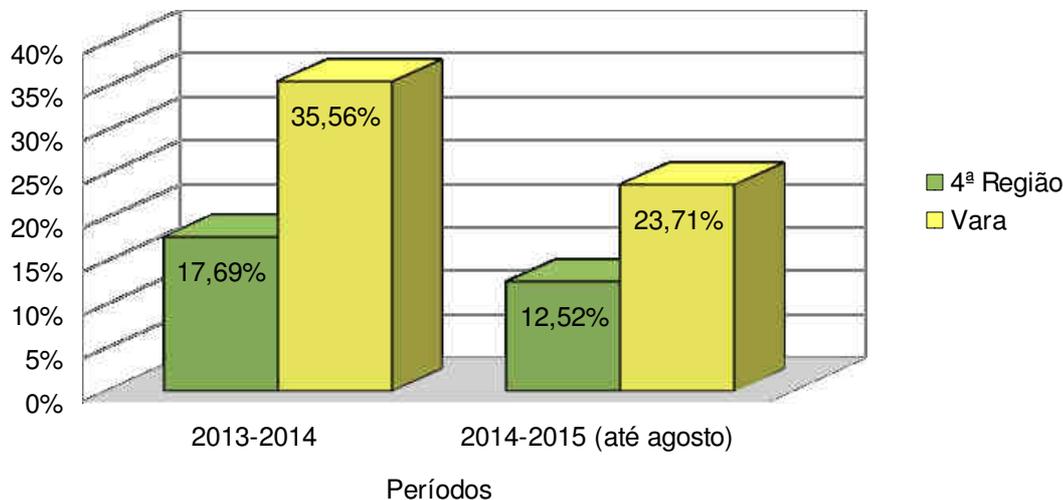
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 35,56% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 613 para 831 processos) – índice consideravelmente superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 14,97% na média mensal de casos novos, a qual passou de 84,08 processos, em 2013, para 96,92 processos, em 2014.

A seu turno, os dados dos oito primeiros meses de 2015 apontam aumento de 23,71% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é superior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (51,87%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve aumento de 03 processos no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, o que corresponde a um acréscimo de 12,50%, e que no período de 01.01.2015 a 31.08.2015 houve uma nova elevação – 30 processos, o que perfaz um aumento de 111,11%. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	140	298	112,86%	402	34,90%
Aguardando encerramento da instrução	408	431	5,64%	504	16,94%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	41	75	82,93%	65	-13,33%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	24	27	12,50%	57	111,11%
TOTAL	613	831	35,56%	1.028	23,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Vara do Trabalho de Cruz Alta	40,47%	47,18%	16,61%	58,42%	23,82%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	55,03%	24,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 47,18% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 16,61% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 2,85 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.08)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	420	46,88	456	48,61	319	43,82
	Julgado procedente	9	1,00	15	1,60	9	1,24
	Julgado procedente em parte	279	31,14	332	35,39	255	35,03
	Julgado improcedente	65	7,25	59	6,29	58	7,97
	Extinto	1	0,11	1	0,11	3	0,41
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	34	3,79	5	0,53	14	1,92
	Arquivamento (art. 844 CLT)	41	4,58	43	4,58	27	3,71
	Desistência	17	1,90	15	1,60	14	1,92
	Outras decisões	30	3,35	12	1,28	29	3,98
TOTAL		896	100	938	100	728	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Verificou-se uma elevação de 42 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 4,69%. Esse aumento destoava da tendência apresentada na 4ª

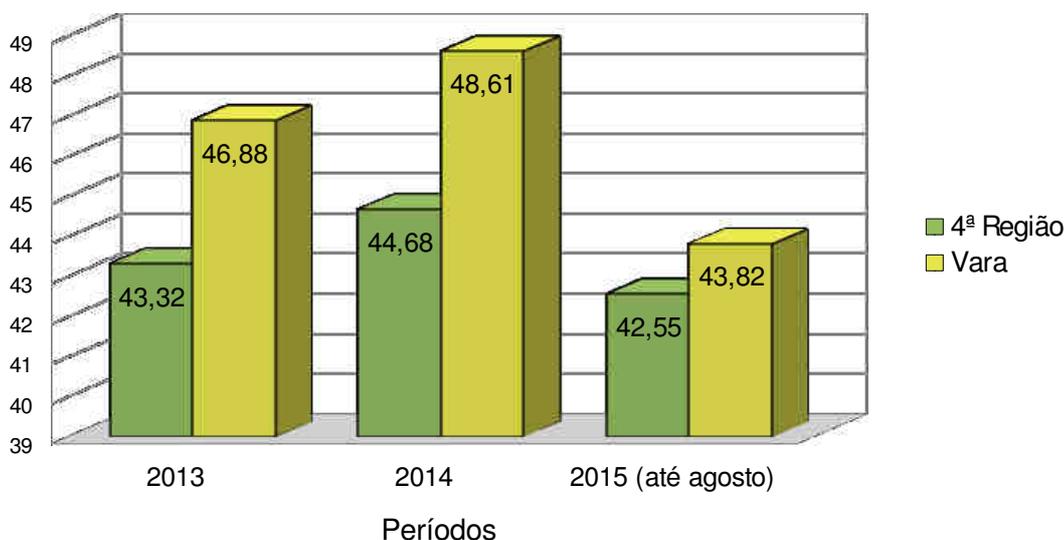


Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 354 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 407 decisões, representando um acréscimo de 14,97%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 420, representando 46,88% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 456, correspondendo a 48,61% - índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e agosto do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 43,82% - resultado acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.08)	Varição 2014-2015
Iniciadas	234	221	-5,56%	170	-23,08%
Encerradas	229	191	-16,59%	168	-12,04%
Pendentes	127	99	-22,05%	95	-4,04%
Arquivo Provisório	2	2	0,00%	2	0,00%



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação caiu de 127, em 2013, para 99, em 2014, importando em uma redução de 22,05%. Tal desempenho é superior à tendência verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi a queda de 5,56% no número de liquidações iniciadas em 2014 na comparação com o ano anterior.

Por sua vez, nos oito primeiros meses de 2015, houve recuo de 04 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 4,04%, recuo maior do que a média de todo o TRT4 no período, que retrocedeu 1,87%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Vara do Trabalho de Cruz Alta	37,26%	45,11%	21,08%	37,55%	-16,78%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	52,76%	19,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Vara do Trabalho de Cruz Alta foi de 45,11% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 21,08% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi similar ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	351	296	-15,67%	238	-19,59%
	Desarquivadas para prosseguimento	25	486	1.844,00%	51	-89,51%
Saídas	Encerradas	398	684	71,86%	240	-64,91%
	Arquivadas Provisoriamente	67	63	-5,97%	20	-68,25%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	29	25	-13,79%	19	-24,00%
	Demais	1.178	769	-34,72%	813	5,72%
	Total	1.207	794	-34,22%	832	4,79%



Saldo no arquivo Provisório	1.187	728	-38,67%	684	-6,04%
------------------------------------	-------	-----	---------	-----	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Cruz Alta passou de 1.207 para 794 processos – o que corresponde a uma redução de 34,22% em relação ao ano anterior. Tal índice foi bastante superior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator que contribuiu para essa redução foi o aumento de 71,86% no número de execuções encerradas na comparação com o ano anterior combinada com uma queda de 15,67% no número de execuções iniciadas em relação ao ano de 2013.

Por outro lado, no período de janeiro a agosto de 2015, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma elevação de 4,79% em relação ao final do ano anterior – resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,88%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Vara do Trabalho de Cruz Alta	76,38%	54,49%	-28,66%	76,74%	40,84%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	81,60%	15,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 54,49% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 28,66% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 16,32 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Vara do Trabalho de Cruz Alta	86,58%	74,57%	-13,87%	86,36%	15,81%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	89,16%	5,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Cruz Alta na fase de execução, a qual passa a corresponder a 74,57% – 13,87% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 10,34 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução acima da média regional.



3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	133	22	-83,46%	121	450,00%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.672	1.678	0,36%	1.692	0,83%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Cruz Alta, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.08.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **03 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, cuja situação processual se encontra relacionada abaixo:

1	0101900-93.2006.5.04.0611
Situação processual: em 26.02.2014, foi publicada decisão tendo por extinta a extinta a execução, diante do pagamento, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 08.10.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 10.10.2014, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 15.09.2011, a executada “AGL Construções Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 26.04.2012, as coexecutadas Maria Conceição Alves e Gisele Alves Guedes também foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 08.10.2014, apenas a primeira ré foi excluída do BNDT.	
2	0017000-51.2004.5.04.0611
Situação processual: em 15.04.2015, foi publicada decisão julgando a extinta a execução, considerando a quitação total do débito, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 27.04.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 07.07.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 12.09.2011, a executada “Mobra Serviços Empresariais Ltda. (Massa Falida de)” foi incluída	



no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.

3

0000486-76.2011.5.04.0611

Situação processual: em 04.11.2014, foi publicada decisão julgando a extinta a execução, tendo em vista o pagamento de todos os créditos reconhecidos no título executivo, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 16.12.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Em 12.03.2015, o processo foi desarquivado para prosseguimento da execução, porquanto constatada a não inclusão dos honorários do contador no mandado de citação. Em 19.08.2015, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos credores remanescentes, e a oportuna extinção do processo. **Histórico BNDT:** em 14.05.2013, a executada “Companhia Industrial e de Desenvolvimento Urbano de Cruz Alta - CIDUSA” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 17.12.2013, a situação foi alterada para “exigibilidade suspensa”. Em 03.11.2014, a executada foi excluída do BNDT. Em 30.06.2015, a executada foi reincluída no BNDT.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.09.2015)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.08)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	146	117	27	121	121	25	95	84	36
Antecipações de tutela	39	25	16	68	80	4	56	53	7
Impugnações à sentença de liquidação	12	7	11	9	12	8	14	4	16
Embargos à execução	54	42	36	51	58	27	24	25	26
Embargos à arrematação	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Exceções de pré-executividade	3	1	5	4	5	4	2	2	4

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 253 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, número praticamente estável em relação ao ano anterior (no qual foram recebidos 254



incidentes processuais). Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 43,01% na comparação entre os anos de 2013 e 2014, passando de 193 para 276; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 caiu de 95 para 68 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.08.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 89 processos, saldo 30,88% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos de declaração são a espécie que correspondem à maior parte (40,45%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	0124600-97.2005.5.04.0611
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 14.02.2011, de embargos de declaração pela parte ré. Em 14.03.2011, foi publicado despacho no qual o Juízo extinguiu, sem resolução do mérito, o incidente processual oposto pela reclamada, por perda do objeto. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	0000107-04.2012.5.04.0611
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 18.12.2013, de impugnação à sentença de liquidação pela parte ré. Em 20.01.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo acolheu a impugnação apresentada pela reclamada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
3	0013600-58.2006.5.04.0611
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 10.06.2010, de embargos à execução pela parte ré. Em 24.06.2010, foi publicado despacho no qual o Juízo recebeu o incidente processual apresentado pela reclamada como mera petição. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
4	0002400-49.2009.5.04.0611
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 11.07.2014, de exceção de pré-executividade pela segunda reclamada. Em 15.07.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por incabível. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

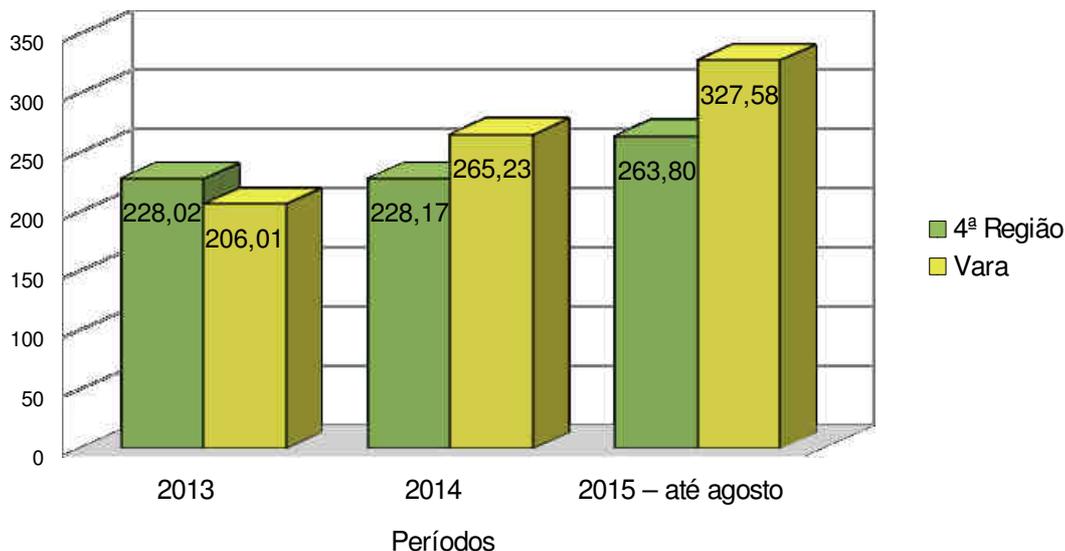
Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	70,67	93,86	32,81%	152,46	62,43%
	Ordinário	224,08	285,69	27,50%	353,35	23,68%
	Total	206,01	265,23	28,75%	327,58	23,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Cruz Alta apresentou uma elevação de 28,75%, passando de 206,01 para 265,23 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 32,81% em relação à média do ano anterior, passando de 70,67 para 93,86 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 285,69 dias, 27,50% mais moroso na comparação com 2013. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e agosto de 2015 apontam uma nova elevação (23,51%) no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 16,24% mais moroso (37,06 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a agosto de 2015 o prazo médio foi 24,18% mais longo (63,78 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

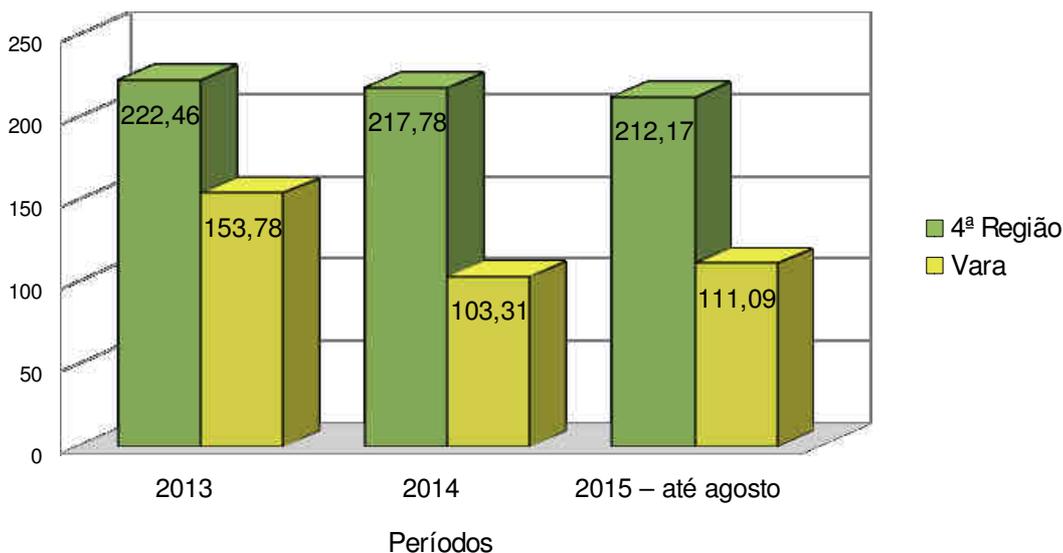
		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	89,29	76,36	-14,49%	98,75	29,33%
	Ordinário	159,21	105,50	-33,73%	112,09	6,24%
	Total	153,78	103,31	-32,82%	111,09	7,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 76,36 dias, o que equivale a uma redução de 14,49% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 105,50 dias, 33,73% mais célere na comparação com 2013. Por outro lado, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a agosto, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 52,56% mais célere (114,47 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 47,64% mais ágil (101,08 dias) nos oito primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	666,26	1.408,25	111,37%	504,37	-64,18%
	Ente público	1.330,75	1.086,80	-18,33%	923,69	-15,01%
	Total	742,75	1383,01	86,20%	572,09	-58,63%

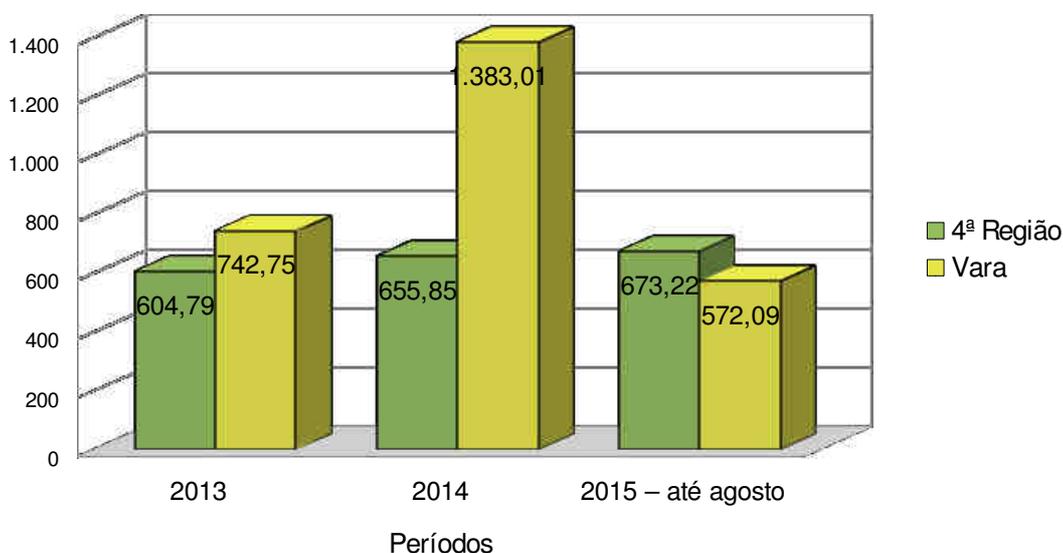
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 1.408,25 dias, o qual foi 111,37% maior do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e agosto de 2015 esse prazo foi de 504,37 dias, 64,18% menor do que em 2014.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 1.086,80 dias, 18,33% mais célere do que a média do ano anterior; já em 2015, o prazo médio caiu para 923,69 dias, lapso 15,01% mais curto do que em 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 110,87% mais moroso (727,16 dias) do que a média regional. Em contrapartida, os dados de janeiro a agosto de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 15,02% inferior (101,13 dias) à média de todo o TRT4.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 – 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
2 processos	Meta não cumprida

1	0132300-27.2005.5.04.0611
Situação processual: conforme consulta ao sistema inFOR, trata-se de ação cumprimento que permaneceu suspensa entre 29.08.2006 e 23.04.2012, aguardando o trânsito em julgado da ação declaratória nº 0002800-37.2006.5.04.0007, e que, após a retomada da instrução, foi novamente suspensa em 08.09.2015, aguardando o trânsito em julgado da ação rescisória nº 0004213-96.2012.5.04.0000.	

2	0150400-30.2005.5.04.0611
Situação processual: conforme consulta ao sistema inFOR, trata-se de ação cumprimento que se encontra suspensa desde 04.05.2006 – inicialmente, aguardando o trânsito em julgado da ação declaratória nº 0002800-37.2006.5.04.0007, e, após, aguardando o trânsito em julgado da ação rescisória nº 0004213-96.2012.5.04.0000.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.09.2015)

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
2 processos	Meta não cumprida

1	0132300-27.2005.5.04.0611
Situação processual já descrita no item 5.1.1	
2	0150400-30.2005.5.04.0611
Situação processual já descrita no item 5.1.1	

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
931	931	100,00%	Meta cumprida



5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.211	1.211	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.160	938	80,86%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31.12.2011	Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre 01.01.2012 e 31.12.2014	%	Resultado
37	37	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre 01.01.2013 e 31.12.2014	%	Resultado
493	484	98,17%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.609
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	398
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	456
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	346
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	395
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	295
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	654
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	2
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	8
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	6
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	1

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
10,47%	Meta cumprida



META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
66,67%	Meta cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
2 processos	Meta não cumprida

1	Processo nº 0132300-27.2005.5.04.0611
	Situação processual já descrita no item 5.1.1
2	Processo nº 0150400-30.2005.5.04.0611
	Situação processual já descrita no item 5.1.1

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.08.2015	Solucionados até 31.08.2015	%	Resultado parcial (até agosto)
919	728	79,22%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12. 2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 31.08.2015	%	Resultado parcial (até agosto)
611	572	93,62%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.08)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.08)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até agosto)
238	233	97,90%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até agosto)
2 processos	Meta ainda não cumprida

1	Processo nº 0132300-27.2005.5.04.0611
	Situação processual já descrita no item 5.1.1
2	Processo nº 0150400-30.2005.5.04.0611
	Situação processual já descrita no item 5.1.1

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.08.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até agosto)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	38	37	37	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º Estado do Rio Grande do Sul	2	3	1	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0	0	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	17	18	16	
5º União	4	6	3	
6º OI S.A.	1	5	0	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	7	4	6	



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	10	12	9	
9º	Banco do Brasil S.A.	14	7	13	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.08)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até agosto)
228,17	265,23	327,58	262,57	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.08)	Meta para 2015	Resultado parcial (até agosto)
Total de acordos	420	456	438,00	319	443	Média parcial indicativa de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	35	38	36,50	45,57	36,92	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.



61.1. Composição da Pauta - Processos Físicos

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	2 (U) 3 (P)	2 (U) 3 (P)	-
Tarde	-	2 (U) 3 (P)	20 (I)	-	-

6.1.2 Composição da Pauta – Processo Judicial Eletrônico - PJ-e

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	10 (I)	-	2 (U)	-
Tarde	-	2 (U)	10 (I)	-	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 06.10.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

6.2.1 Processos físicos

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	10.02.2016	10.02.2016
Una Sumaríssimo	26.01.2016	26.01.2016
Instrução	07.07.2016 (Último horário)	29.06.2016 (2º horário) 12.07.2016 (Último horário)
Tentativa de acordo em execução	-	-

6.2.2 Processo Judicial Eletrônico - PJ-e

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	24.02.2016	24.02.2016
Una Sumaríssimo	-	16.02.2016
Instrução	-	-
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 06.10.2015)



6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	48,00	67,00	39,59%	113,37	69,21%
	Ordinário	60,17	80,93	34,51%	103,25	27,58%
	Total	58,76	79,43	35,18%	104,38	31,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio aumentado de 48 dias, em 2013, para 67 dias, em 2014 (elevação de 39,59%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 60,17 dias, em 2013, para 80,93 dias, em 2014 (aumento de 34,51%). Por sua vez, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a agosto, apontam para uma tendência de nova elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Cauduro Dias de Paiva	97	65	11	1	174
Jaqueline Maria Menta	3	9	1	0	13
Kelen Patrícia Bagetti	38	18	10	0	66
Laura Balbuena Valente Gabriel	26	63	0	0	89
Maristela Bertei Zanetti	777	421	103	14	1.315
TOTAL	941	576	125	15	1.657
2015 (até 31.08)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Átila Da Rold Roesler	120	72	13	1	206
Denilson da Silva Mroginski	22	6	1	0	29
Maristela Bertei Zanetti	574	277	75	1	927



Roberta Testani	0	23	4	0	27
Táise Sanchi Ferrão	19	20	4	0	43
TOTAL	735	398	97	2	1.232

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 11.09.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Carolina Cauduro Dias de Paiva	54	42	0	96	4	100
Jaqueline Maria Menta	5	1	0	6	1	7
Kelen Patrícia Bagetti	22	14	0	36	6	42
Laura Balbuena Valente Gabriel	20	2	0	22	2	24
Maristela Bertei Zanetti	354	300	1	655	62	717
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	1	47	0	48	0	48
TOTAL	456	406	1	863	75	938
2015 (até 31.08)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Áila Da Rold Roesler	49	35	0	84	12	96
Carolina Cauduro Dias de Paiva	0	4	0	4	0	4
Denilson da Silva Mroginski	6	0	0	6	1	7
Jaqueline Maria Menta	0	1	0	1	0	1
Kelen Patrícia Bagetti	0	1	0	1	0	1
Laura Balbuena Valente Gabriel	0	8	0	8	0	8
Marcelo Bergmann Hentschke	0	0	0	0	5	5
Márcio Lima do Amaral	1	0	0	1	0	1
Maristela Bertei Zanetti	245	236	3	484	65	549
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	0	1	0	1	0	1
Roberta Testani	7	21	0	28	0	28
Táise Sanchi Ferrão	11	15	0	26	1	27



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	319	322	3	644	84	728
--------------	------------	------------	----------	------------	-----------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 11.09.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular Maristela Bertei Zanetti		
0002400-49.2009.5.04.0611	0000722-23.2014.5.04.0611	0000290-04.2014.5.04.0611
0000869-49.2014.5.04.0611	0000891-10.2014.5.04.0611	0000315-80.2015.5.04.0611
0000649-51.2014.5.04.0611	0000106-14.2015.5.04.0611	0000397-14.2015.5.04.0611
0000936-14.2014.5.04.0611	0000108-81.2015.5.04.0611	0000693-70.2014.5.04.0611
0000675-49.2014.5.04.0611	0000109-66.2015.5.04.0611	0001034-96.2014.5.04.0611
0000345-18.2015.5.04.0611	0000310-58.2015.5.04.0611	0000113-40.2014.5.04.0611
0000715-31.2014.5.04.0611	0000407-58.2015.5.04.0611	0000653-88.2014.5.04.0611
0000903-58.2013.5.04.0611	0000576-45.2015.5.04.0611	0000394-59.2015.5.04.0611
0000570-38.2015.5.04.0611	0000698-92.2014.5.04.0611	0000413-65.2015.5.04.0611
0000965-64.2014.5.04.0611	0000700-62.2014.5.04.0611	0000809-13.2013.5.04.0611
0000966-49.2014.5.04.0611	0000719-68.2014.5.04.0611	0000411-95.2015.5.04.0611
0000364-24.2015.5.04.0611	0000744-81.2014.5.04.0611	0000959-57.2014.5.04.0611
0000213-58.2015.5.04.0611	0000294-07.2015.5.04.0611	0001106-83.2014.5.04.0611
0000562-61.2015.5.04.0611	0000574-12.2014.5.04.0611	0000112-21.2015.5.04.0611
0000563-46.2015.5.04.0611	0000789-85.2014.5.04.0611	0000564-65.2014.5.04.0611
0000564-31.2015.5.04.0611	0000815-83.2014.5.04.0611	0000691-03.2014.5.04.0611
0000708-39.2014.5.04.0611	0000212-78.2012.5.04.0611	-
Total: 50 processos		

Juiz substituto zoneado Átila Da Rold Roesler		
0000389-71.2014.5.04.0611	0000292-71.2014.5.04.0611	0000680-71.2014.5.04.0611
0000752-92.2013.5.04.0611	0000322-09.2014.5.04.0611	0000463-28.2014.5.04.0611
0000270-13.2014.5.04.0611	0000590-63.2014.5.04.0611	0000443-37.2014.5.04.0611
0000457-21.2014.5.04.0611	0000102-74.2015.5.04.0611	0000191-34.2014.5.04.0611
0000453-81.2014.5.04.0611	-	-
Total: 13 processos		

Juiz substituto Denilson da Silva Mroginski		
0000987-25.2014.5.04.0611	0000990-77.2014.5.04.0611	0000999-39.2014.5.04.0611
0001178-70.2014.5.04.0611	0001179-55.2014.5.04.0611	-
Total: 5 processos		



Juíza substituta Laura Balbuena Valente Gabriel		
0000061-44.2014.5.04.0611	0000062-29.2014.5.04.0611	0000241-60.2014.5.04.0611
0000115-10.2014.5.04.0611	0000575-31.2013.5.04.0611	0000576-16.2013.5.04.0611
0000973-75.2013.5.04.0611	0001101-95.2013.5.04.0611	0000041-53.2014.5.04.0611
0000068-36.2014.5.04.0611	0000070-06.2014.5.04.0611	0000072-73.2014.5.04.0611
0000133-31.2014.5.04.0611	0000140-23.2014.5.04.0611	0000778-90.2013.5.04.0611
0000838-63.2013.5.04.0611	0000846-40.2013.5.04.0611	0000894-96.2013.5.04.0611
0001002-28.2013.5.04.0611	0000022-47.2014.5.04.0611	0000120-32.2014.5.04.0611
0000220-84.2014.5.04.0611	0000112-55.2014.5.04.0611	0000118-62.2014.5.04.0611
0000141-08.2014.5.04.0611	0000841-18.2013.5.04.0611	0000254-59.2014.5.04.0611
0000267-58.2014.5.04.0611	0000868-98.2013.5.04.0611	0001003-13.2013.5.04.0611
0000152-08.2012.5.04.0611	0000171-43.2014.5.04.0611	0000983-22.2013.5.04.0611
Total: 33 processos		

Juíza Substituta Nelsilene Leão De Carvalho Dupin		
0000084-24.2013.5.04.0611	-	-
Total: 1 processo		
Juíza Substituta Táise Sanchi Ferrão		
0000857-35.2014.5.04.0611	-	-
Total: 1 processo		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 05.10.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 31.09.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 16.08.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Segundo informação da Diretora de Secretaria, na data da visita correcional havia 95 processos pendentes de cumprimento das tarefas acima especificadas. Data das determinações: a partir de 30.09.2015.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Havia 61 processos pendentes de cumprimento. Data das determinações: a partir de 31.08.2015.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 05 dias, a contar da determinação.



7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas quando da elaboração das minutas de despacho. Havia pendências a partir de 29.09.2015.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Havia 119 processos pendentes de análise a partir de 29.09.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava entre 17.09.2015 e 30.09.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Havia 13 processos pendentes de remessa ao TRT. A remessa é semanal.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Desde a criação do andamento “arquivado definitivamente, ou provisoriamente” no sistema Infor, sem a necessidade de informação de número de lote, tais andamentos são lançados no momento em que os processos estão aptos para arquivar.

Na data da inspeção correcional, havia 63 processos sem andamento de arquivamento. Havia, ainda, 106 processos já com andamento de arquivamento. A remessa ao arquivo ocorre semanalmente.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0019400-48.1998.5.04.0611*1	16.07.2015	2 meses e 9 dias
2	0000647-81.2014.5.04.0611*1	21.07.2015	2 meses e 4 dias
3	0000500-21.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias
3	0000490-74.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias
4	0000501-06.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias
5	0000499-36.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias
6	0000489-89.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7	0000494-14.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias
8	0000485-52.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias
9	0000483-82.2015.5.04.0611*1	07.08.2015	1 mês e 18 dias
10	0000538-33.2015.5.04.0611*1	10.08.2015	1 mês e 15 dias
11	0000541-85.2015.5.04.0611*1	10.08.2015	1 mês e 15 dias
12	0000540-03.2015.5.04.0611*1	10.08.2015	1 mês e 15 dias
13	0000536-63.2015.5.04.0611*1	14.08.2015	1 mês e 11 dias
14	0000537-48.2015.5.04.0611*1	14.08.2015	1 mês e 11 dias
15	0000539-18.2015.5.04.0611*1	14.08.2015	1 mês e 11 dias
16	0111100-08.1998.5.04.0611*1	28.08.2015	27 dias
17	0108600-80.2009.5.04.0611	28.08.2015	27 dias
18	0000797-33.2012.5.04.0611	31.08.2015	24 dias
19	0000919-75.2014.5.04.0611	31.08.2015	24 dias
20	0000992-18.2012.5.04.0611	01.09.2015	23 dias
21	0000213-97.2011.5.04.0611	04.09.2015	21 dias
22	0000768-46.2013.5.04.0611	08.09.2015	17 dias
23	0000275-35.2014.5.04.0611	08.09.2015	17 dias
24	0000498-22.2013.5.04.0611	09.09.2015	16 dias
25	0000237-57.2013.5.04.0611	10.09.2015	15 dias
26	0049000-17.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
27	0064400-71.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
28	0087300-14.1999.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
29	0107200-17.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
30	0055200-84.1991.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
31	0071000-45.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
32	0001500-62.1992.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
33	0049700-66.1993.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
34	0015300-79.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
35	0001400-10.1992.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
36	0112300-50.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
37	0038900-03.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
38	0043700-06.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
39	0002400-69.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
40	0028600-79.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
41	0032900-84.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
42	0066100-14.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
43	0017100-84.1996.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

44	0097300-44.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
45	0034300-36.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
46	0045700-76.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
47	0001900-03.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
48	0048600-32.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
49	0030400-45.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
50	0016900-38.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
51	0070300-64.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
52	0002900-38.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
53	0109700-27.1996.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
54	0051900-70.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
55	0039000-26.1996.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
56	0037500-85.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
57	0064700-62.2000.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
58	0018300-58.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
59	0124400-42.1995.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
60	0018100-51.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
61	0127100-88.1995.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
62	0075000-25.1996.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
63	0070900-90.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
64	0018500-65.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
65	0027000-91.1996.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
66	0022100-31.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
67	0059100-65.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
68	0134900-70.1995.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
70	0099500-87.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
71	0145900-33.1996.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
72	0053300-66.1991.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
73	0012900-97.1997.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
74	0127400-50.1995.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
75	0016000-26.1998.5.04.0611*2	10.09.2015	15 dias
76	0000593-18.2014.5.04.0611	10.09.2015	15 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

*1 Processos nos quais foram expedidas notificações para cobrança dos autos, ainda não devolvidos há mais de 10 dias.

* Processos arquivados e remetidos à Vara pelo Depósito Centralizado em fevereiro de 2015, todos retirados em carga pelo advogado Itelmar Bohmer, procurador da reclamada Banco Santander Meridional, em 10.07.2015.



7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
-	0038100-57.2007.5.04.0611*	24.08.2015	-

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

* Em 23.09.2015, houve dilação de prazo ao perito por 60 dias para apresentar cálculos de liquidação de sentença.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	611-00708/15	0000584-90.2013.5.04.0611	20.08.2015	1 mês e 5 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.09.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **1.028 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0074500-75.2004.5.04.0611	Aspectos gerais dos autos*: Termos de juntada no verso da fl. 104, verso da fl. 129, verso da fl. 186 com espaços em branco; certidão lavrada no verso da fl. 187 com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Nada a apontar.
2	0000758-65.2014.5.04.0611	Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 31 com espaços em branco; termo de juntada à fl. 39 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 139, 141, 142; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Petição e documentos das fls. 129-137 analisada 21 dias após a protocolização (protocolo 03.8.2015, despacho da fl. 138 em 24.08.2015).
3	0000299-29.2015.5.04.0611	Aspectos gerais dos autos*: Ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 48; termo de juntada no verso da fl. 49 com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Nada a apontar.



4	0001282-62.2014.5.04.0611
Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Nada a apontar.	
5	0000634-19.2013.5.04.0611
Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Nada a apontar.	
6	0000548-14.2014.5.04.0611
Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 24 com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Cumprimento do despacho da fl. 37 em 30 dias; cumprimento do despacho da fl. 43 em prazo superior a 30 dias; o prazo da notificação da fl. 46 expirou em 27.07.2015 e até o envio dos autos à Corregedoria, em 10.09.2015 não houve impulso processual.	
7	0000480-30.2015.5.04.0611
Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Nada a apontar.	
8	0000072-78.2011.5.04.0611
Aspectos gerais dos autos: Termo de juntada no verso da fl. 319 com espaços em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: Nada a apontar.	
9	0008500-59.2005.5.04.0611
Aspectos gerais dos autos*: Não foi certificado nos autos o retorno da carta precatória que está acostado na contracapa do segundo volume (o retorno ocorreu em 10.02.2015, conforme registros do Infor); ausência de identificação do servidor responsável quando da devolução dos autos à fl. 326; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. Movimentação processual: O prazo da notificação da fl. 281 expirou em 14.02.2014, conforme andamentos do Infor e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 12.03.2014 (fl. 281/verso); após a juntada do expediente das fls. 336-339, em 30.07.2015, não houve impulso processual.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo	0000300-48.2014.5.04.0611
	0000501-11.2012.5.04.0611
	0000924-97.2014.5.04.0611



Demora no impulso processual	0000809-81.2011.5.04.0611
	0000019-29.2013.5.04.0611
	0000218-56.2010.5.04.0611
Carta precatória com registros desatualizados ou devolvida à origem sem andamento	0000723-76.2012.5.04.0611
	0000805-10.2012.5.04.0611
	0000244-15.2014.5.04.0611
Processo recebido do TRT/TST sem andamento	0000767-95.2012.5.04.0611
	0000657-62.2013.5.04.0611
	0000359-36.2014.5.04.0611
Registros desatualizados	0037900-07.1994.5.04.0611
	0052600-71.1983.5.04.0611
	0060700-83.1981.5.04.0611
	0000398-38.2011.5.04.0611
	0013600-78.1994.5.04.0611
	0000104-15.2013.5.04.0611

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, sobre o pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.



9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE ocorreu recentemente na Unidade Judiciária, em 18.09.2015.

Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 29.09.2015 e 05.10.2015, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	-	-	06.10.2015
c/habilitações não lidas	-	-	-	06.10.2015
c/pedido de liminar	-	05	20039.70.2015 20044.92.2015	02.10.2015 05.10.2015
C/petições não apreciadas	-	08	20045.77.2015	05.10.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	06.10.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	-	-	06.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	-	-	06.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	-	-	06.10.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	-	-	06.10.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	-	-	06.10.2015
Aguardando ciência decisão –ConPra	Execução	-	-	06.10.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	09	20005.95.2015 20006.80.2015	29.09.2015
Aguardando término dos prazos	Liquidação	-	-	06.10.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	01	20024.04.2015	06.10.2015
Apreciar urgentes	-	02	20039.70.2015 20044.92.2015	02.10.2015 05.10.2015
Controle manual prazo pós sent	Conhecimento	-	-	06.10.2015
Controle manual prazo pós sent	Liquidação	-	-	06.10.2015
Controle manual prazo pós sent	Execução	-	-	06.10.2015
Prazos vencidos	Conhecimento	-	-	06.10.2015
Prazos vencidos	Liquidação	-	-	06.10.2015
Prazos vencidos	Execução	-	-	06.10.2015
Triagem inicial	-	16	20038.85.2015* 20045.77.2015*	02.10.2015 05.10.2015

(*) Processos com problema de cadastro de CEP



Há poucos processos tramitando no meio eletrônico, em razão da implantação recente do sistema. De qualquer modo, a Unidade foi orientada a observar o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria quanto à designação de audiências iniciais (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

A Diretora de Secretaria foi aconselhada a manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual, bem como observar e orientar os servidores para que sejam lançados andamentos corretos a fim de evitar pendências e inconsistências futuras.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A apreensão geral da unidade, considerando-se tanto os dados disponíveis no sistema e-Gestão que subsidiam a elaboração do relatório, como a realidade encontrada no momento da inspeção, é muito positiva.

O acervo processual da Vara do Trabalho de Cruz Alta, apesar de ter mantido certa estabilidade entre 2013 e 2014, apresentou, até setembro de 2015, sensível tendência de aumento, sobretudo na fase de conhecimento. A propósito, foi informado pela Diretora de Secretaria que houve o rompimento de contrato da Administração Pública local com empresa prestadora de serviços que repercutiu no aumento de demandas na jurisdição. A unidade tem apresentado satisfatórios percentuais de acordos nos últimos três anos e a fase de liquidação sofre o impacto positivo, com redução do estoque, da adoção de critérios objetivos para elaboração da conta. Além disso, o prazo de tramitação da fase é muito bom, situando-se abaixo da média regional. A fase de execução, cujo prazo esteve muito extenso em 2014, em razão da reunião de muitas execuções com o propósito de melhor operacionalizá-las e encerrá-las de forma mais efetiva, já alcançou surpreendente melhora em 2015, estando, atualmente, em patamar abaixo da média regional. A tramitação na fase de conhecimento tem apresentado lapso acima da média regional desde 2014. A propósito, a Juíza Titular Maristela Bertei Zanetti manifestou à Corregedora sua intenção de melhorar o desempenho da unidade neste aspecto.

O bom andamento do trabalho na unidade, assim como o cuidado com as tarefas realizadas pelos servidores é também perceptível na análise dos processos físicos realizada pela Corregedoria.

A Juíza Titular Maristela Berti Zanetti mostra comprometimento com a jurisdição e bom entrosamento na gestão da unidade.



Ao final, a Corregedora registrou sua boa impressão com o trabalho dos servidores da unidade e louvou os bons resultados encontrados. Possibilitou a todos, ainda, a utilização da palavra, não tendo havido, contudo, manifestação.

12 RECOMENDAÇÕES

ITENS 5.1.1 (Meta CNJ 2 – 2009), 5.1.2. (Meta CNJ 2 - 2010), 5.2.4 (Meta CNJ 6 – 2014) e 5.3.4 (Meta CNJ 6 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária acompanhe o trâmite da rescisória nº 0004213-96.2012.5.04.0000 para que, tão logo finda a causa da suspensão dos processos nº 0132300-27.2005.5.04.0611 e nº 0150400-30.2005.5.04.0611, tome as medidas necessárias para que estes feitos tenham tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados apurados até 31.08.2015 apontam tendência de não cumprimento da meta do presente ano.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.



13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3 - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 - Incidentes Processuais

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 14.03.2011, relativos à conclusão para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte ré e da decisão que extinguiu sem resolução de mérito o referido incidente processual no processo nº 0124600-97.2005.5.04.0611;

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 20.01.2014, relativos à conclusão para julgamento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de acolher o referido incidente processual no processo nº 0000107-04.2012.5.04.0611;

c) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Execução/Penhora – Apresentação – RDA”, datado de 10.06.2010, no processo nº 0013600-58.2006.5.04.0611, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 750 – Outros – Movimentação Não Nominada – RDA”;

d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 15.07.2014, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de conhecer do referido incidente processual no processo nº 0002400-49.2009.5.04.0611.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.



ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que a Juíza Titular **Maristela Bertei Zanetti** e o Juiz substituto zoneado **Átila Da Rold Roesler** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifiquem-se os Juízes **Denilson Da Silva Mroginski**, **Laura Balbuena Valente Gabriel**, **Nelsilene Leão De Carvalho Dupin** e **Táise Sanchi Ferrão** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias, indicados no mesmo item deste relatório, para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível, também devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITEM 7.10.1 - ADVOGADOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança do mandado 611-00708/15, no processo nº 0000584-90.2013.5.04.0611, com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais, cumprindo as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) lave nos autos certidões que noticiem retorno de cartas precatórias que, por determinação do Juízo, devam permanecer por algum período acostadas na contracapa dos autos principais, de modo que fique claro o



fluxo processual, evitando situações como a noticiada no processo nº 0008500-59.2005.5.04.0611;

- e) movimente o processo nº 0008500-59.2005.5.04.0611, analisado no item 8.1.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.028 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0000300-48.2014.5.04.0611, nº 0000501-11.2012.5.04.0611, nº 0000924-97.2014.5.04.0611);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000809-81.2011.5.04.0611, nº 0000019-29.2013.5.04.0611, nº 0000218-56.2010.5.04.0611);
- c) devolva Cartas Precatórias ou dê andamento às devolvidas (processos nº 0000723-76.2012.5.04.0611, nº 0000805-10.2012.5.04.0611, nº 0000244-15.2014.5.04.0611);
- d) dê andamento a processos recebidos do TRT (processos nº 0000767-95.2012.5.04.0611, nº 0000657-62.2013.5.04.0611, nº 0000359-36.2014.5.04.0611);
- e) atualize os registros (processos nº 0037900-07.1994.5.04.0611, nº 0052600-71.1983.5.04.0611, nº 0060700-83.1981.5.04.0611, nº 0000398-38.2011.5.04.0611, nº 0013600-78.1994.5.04.0611, nº 0000104-15.2013.5.04.0611).

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com as Juízas, a Diretora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Cruz Alta, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.



15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Maristela Bertei Zanetti, pela Juíza Substituta Roberta Testani, pela Diretora de Secretaria Adriana Gambini de Oliveira e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional